MODELO
INSTITUCIONAL DA
AGÊNCIA DE BACIA
PIRACICABA,
CAPIVARI E JUNDIAÍ
ALTERNATIVAS

OBJETO DO ESTUDO

FORMULAR O MODELO
INSTITUCIONAL A SER ADOTADO
PARA A AGÊNCIA DE BACIA, COM
INDICAÇÃO DAS BASES LEGAIS

PREMISSA:

UMA ÚNICA ENTIDADE
PARA OS CORPOS HÍDRICOS DE
DOMÍNIO DA UNIÃO, SÃO PAULO E
MINAS GERAIS

CONSEQÜENTEMENTE:
A ENTIDADE DEVE ESTAR
ADEQUADA ÀS NORMAS DA UNIÃO,
SÃO PAULO E MINAS GERAIS

FUNÇÃO DA AGÊNCIA:

SECRETARIA EXECUTIVA DOS
COMITÊS DAS BACIAS
HIDROGRÁFICAS DOS RIOS
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA

FINANCEIRAMENTE: CONTAS
SEPARADAS – UNIÃO, SÃO PAULO,
MINAS GERAIS

TECNICAMENTE: INTEGRAÇÃO

PODER DE POLÍCIA: FORA DO
ESCOPO

ENTIDADES POSSÍVEIS À LUZ DO
DIREITO BRASILEIRO

ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS
LUCRATIVOS

FUNDAÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA

CONSÓRCIOS PÚBLICOS

ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

CÓDIGO CIVIL

ELEMENTO ESSENCIAL: UNIÃO DE
PESSOAS QUE SE ORGANIZAM
PARA ATINGIR FINS NÃO
ECONÔMICOS

ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS
LUCRATIVOS

FORMA DE INSTITUIÇÃO MUITO
FLEXÍVEL

PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO:
CONDICIONADO A AUTORIZAÇÃO
LEGISLATIVA

FUNDAÇÃO

ELEMENTO ESSENCIAL:
PATRIMÔNIO DESTINADO À
REALIZAÇÃO DE CERTOS FINS QUE
ULTRAPASSAM O ÂMBITO DA
PRÓPRIA ENTIDADE

FUNDAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

DECRETO LEI 200/67

ENTIDADE COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, CRIADA POR AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE NÃO EXIJAM EXECUÇÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO, COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, PATRIMÔNIO PRÓPRIO GERIDO PELOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E FUNCIONAMENTO CUSTEADO POR RECURSOS DA UNIÃO E DE OUTRAS FONTES

FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO

CÓDIGO CIVIL

PARA CRIAR UMA FUNDAÇÃO, O SEU INSTITUIDOR FARÁ, POR ESCRITURA PÚBLICA, DOTAÇÃO ESPECIAL DE BENS LIVRES, ESPECIFICANDO O FIM A QUE SE DESTINA, E DECLARANDO, SE QUISER, A MANEIRA DE ADMINISTRÁ-LA

FINS: RELIGIOSOS, MORAIS CULTURAIS
OU DE ASSISTÊNCIA

ENUNCIADO 8 DO CENTRO DE ESTUDOS
JUDICIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA:

“A CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO PARA
FINS CIENTÍFICOS, EDUCACIONAIS OU
DE PROMOÇÃO DO MEIO AMBIENTE
ESTÁ COMPREENDIDA NO CÓDIGO
CIVIL”

CONSÓRCIOS PÚBLICOS

LEI 11.107/05

UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS PODERÃO
CONSTITUIR CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA
A REALIZAÇÃO DE OBJETIVOS DE
INTERESSE COMUM

O CONSÓRCIO PÚBLICO CONSTITUIRÁ
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA OU PESSOA
JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

NORMAS LEGAIS SOBRE
RECURSOS HÍDRICOS
APLICÁVEIS ÀS AGÊNCIAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

9.433/97

AS AGÊNCIAS DE ÁGUA EXERCERÃO A
FUNÇÃO DE SECRETARIA EXECUTIVA DO(S)
RESPECTIVO(S) COMITÊ(S) DE BACIA
HIDROGRÁFICA

CONDIÇÕES DE INSTITUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ÁGUA

- PRÉVIA EXISTÊNCIA DO RESPECTIVO
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA
- VIABILIDADE FINANCEIRA
ASSEGURADA PELA COBRANÇA DO
USO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM SUA
ÁREA DE ATUAÇÃO

ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS

BALANÇO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA

CADASTRO DE USUÁRIOS

COBRANÇA

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA AOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA:

ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA

VALORES A SEREM COBRADOS

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ARRECADADOS COM A COBRANÇA

RATEIO DE CUSTO DAS OBRAS

LEI 10.881/04

A ANA PODERÁ FIRMAR CONTRATOS DE GESTÃO, POR PRAZO DETERMINADO, COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, QUE RECEBEREM DELEGAÇÃO DO CNRH PARA EXERCER FUNÇÕES DE COMPETÊNCIA DAS AGÊNCIAS

ENTIDADES CIVIS DELEGATÁRIAS

CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE
BACIAS HIDROGRÁFICAS

ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA

ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS, DE ENSINO E PESQUISA
COM INTERESSE EM RECURSOS HÍDRICOS

ONGS COM OBJETIVOS DE DEFESA DE INTERESSES
DIFUSOS E COLETIVOS DA SOCIEDADE

OUTRAS ORGANIZAÇÕES RECONHECIDAS PELO
CONSELHO NACIONAL OU PELOS CONSELHOS
ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS

CNRH DELEGA ÀS ENTIDADES DE RECURSOS
HÍDRICOS COMPETÊNCIAS DE AGÊNCIA DE
BACIA

SALVO PARA EFETUAR A COBRANÇA

CONTRATO DE GESTÃO ENTRE ANA E
ENTIDADES DELEGATÁRIAS

HOJE: NÃO HÁ AGÊNCIAS DE ÁGUA
INSTITUÍDAS

EXPERIÊNCIA EM CURSO: PARAÍBA DO SUL –
AGEVAP – ENTIDADE DELEGATÁRIA

CONTEÚDO MÍNIMO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

I - ESPECIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO, METAS A SEREM ATINGIDAS, PRAZOS DE EXECUÇÃO, E PREVISÃO DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO

II - ESTIPULAÇÃO DOS LIMITES E CRITÉRIOS PARA DESPESA COM REMUNERAÇÃO E VANTAGENS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

III - OBRIGAÇÃO DE A ENTIDADE DELEGATÁRIA APRESENTAR À ANA E AO(S) COMITÊ(S), NO TÉRMINO DE CADA EXERCÍCIO, RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

IV - PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO DE GESTÃO
E DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

V - PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES PARA SUSPENSÃO,
RESCISÃO E RENOVAÇÃO

VI - IMPOSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO DA
COMPETÊNCIA DA COBRANÇA

VII - FORMA DE RELACIONAMENTO DA ENTIDADE
DELEGATÁRIA COM O(S) COMITÊ(S)

VIII - FORMA DE RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO DA
ENTIDADE DELEGATÁRIA COM AS ENTIDADES ESTADUAIS
RELACIONADAS AO GERENCIAMENTO DE RECURSOS
HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA

SÃO PAULO

LEIS 7.663/91 E 10.020/98

LEI 7.663/93

NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS ONDE OS PROBLEMAS RELACIONADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS ASSIM O JUSTIFICAREM, POR DECISÃO DO COMITÊ E APROVAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, PODERÁ SER CRIADA UMA ENTIDADE JURÍDICA, COM ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PRÓPRIA, DENOMINADA AGÊNCIA DE BACIA

VINCULAÇÃO AO ESTADO

LEI 7.663/93

INSTITUIÇÃO DAS AGENCIAS SOMENTE
APÓS

O INÍCIO DA COBRANÇA

LEI 10.020/98: EXCEÇÃO, DESDE QUE
MUNICÍPIOS E SOCIEDADE CIVIL CUSTEIAM
DESPESAS

LEI 10.020/98

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
PARTICIPAR DA CONSTITUIÇÃO DE
FUNDAÇÕES AGÊNCIAS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS

CONSTITUIÇÃO DAS AGÊNCIAS - Lei 10.020/98

MÍNIMO DE 35% DOS MUNICÍPIOS,
ABRANGENDO PELO MENOS 50% DA
POPULAÇÃO DAS BACIAS

PROCEDIMENTO DE INSTITUIÇÃO

DECISÃO DO COMITÊ DE BACIA E
APROVAÇÃO DO CRH

POSSIBILIDADE DE O GOVERNO DO ESTADO
VETAR MEDIDAS QUE CONTRARIEM AS
DIRETRIZES BÁSICAS DOS PLANOS E
PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS DO
ESTADO

EXPERIÊNCIA EM CURSO: AGÊNCIA DE BACIA DO ALTO TIETÊ

NATUREZA JURÍDICA: DIREITO PRIVADO,
MAS SOB A FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL
DE CONTAS E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA,
ALÉM DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MINAS GERAIS

LEI 13.199/99

ART. 37 – AS AGÊNCIAS DE BACIA HIDROGÁFICA, QUANDO INSTITUÍDAS PELO ESTADO, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, TERÃO PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA, AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA E ORGANIZAR-SE-ÃO SEGUNDO QUAISQUER DAS FORMAS PERMITIDAS PELO DIREITO ADMINISTRATIVO, CIVIL OU COMERCIAL, ATENDIDAS AS NECESSIDADES, CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES REGIONAIS, LOCAIS E MULTISSETORIAIS

DIAGNÓSTICO LEGAL AGÊNCIA DE BACIA

LEI	9.433	10.881	7.663	10.020	13.199
Previsão	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Entidade Delegatária	-	Sim	-	-	-
Processo de Instituição	Solicitação do Comitê autorização CNRH ou CERH	Delegação de competências pelo CNRH	-	Art 2º , § ú- Decisão do Comitê – aprovação do CRH	Art 44 § ú – autorização do CERH-MG mediante solicitação de um ou mais comitês
Requisitos para a Instituição	Art 43. I – prévia existência de comitê II – cobrança		Início da cobrança	Art 5º - municípios e sociedade civil deverão custear as despesas até a implantação da cobrança	
Natureza Jurídica	-	Entidades delegatárias	-	Fundação	Qualquer das formas permitidas pelo Direito Administrativo, Civil ou Comercial

DIAGNÓSTICO LEGAL AGÊNCIA DE BACIA

LEI	9.433	10.881	7.663	10.020	13.199
Relação com o titular de Recursos Hídricos	Cobrança mediante delegação do outorgante	ANA e entidades delegatárias => contrato de gestão		Delegação de competências – art. 4º	
Quem cobra?	ANA Agência de Bacia	ANA	DAEE	Agência de Bacia	
Aplicação na Bacia Hidrográfica que gerou o recurso	Aplicação prioritária	Art. 4º , § 1º , receitas provenientes da cobrança arrecadada na respectiva(s) Bacia Hidrográfica	Art. 37, III = planos e programas aprovados pelo Comitê : caráter vinculante		Art. 28
Percentual para custeio	7,5% do total arrecadado			Até 10% do total arrecadado	
Regras sobre Pessoal		CLT		Art. 3º XXIV-Celetista	

ALTERNATIVAS

FUNDAÇÃO INSTITUÍDA POR MUNICÍPIOS (AUTORIZADOS POR LEI ESPECÍFICA)

VANTAGENS:

ADEQUADA AOS TRÊS ORDENAMENTOS:
UNIÃO, SP E MG

PODE OBTER DELEGAÇÃO DO CNRH PARA
EXERCER FUNÇÕES DE AGÊNCIA

PODE SER AGÊNCIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO
PAULISTA E MINEIRA

FUNDAÇÃO INSTITUÍDA POR MUNICÍPIOS

QUESTÕES CRÍTICAS:

FINALIDADE: PROMOVER MEIO AMBIENTE
INCERTEZAS EM RELAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL

CONSELHO CURADOR: TRIPARTITE

ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS JÁ EXISTENTE OU NOVA

VANTAGENS:

FORMA MAIS FLEXÍVEL

PODE CELEBRAR TERMO DE PARCERIA
(SER OSCIP) COM O ESTADO DE SÃO
PAULO – PRESERVAÇÃO DO MEIO
AMBIENTE

PODE RECEBER RECURSOS DO
FEHIDRO

QUESTÃO CRÍTICA:

NÃO PODERÃO ATUAR COMO AGÊNCIAS DE
BACIA PARA OS CORPOS HÍDRICOS DE
DOMÍNIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NESSE CASO: DAEE PROCEDE À COBRANÇA
E PODE CELEBRAR CONVÊNIO COM A
ASSOCIAÇÃO